

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Qualdouro, Saúde e Turismo de Qualidade

21/05/2018 – Revisão 0

RESUMO DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

- No âmbito da actividade da Qualdouro® ocorre a recolha, registo, organização, conservação utilização e consulta de dados pessoais. Poderão ainda ocorrer outras operações ou conjunto de operações que, nos termos do Regulamento Geral de Protecção de Dados são denominadas por “tratamento de dados pessoais”.
- Os dados pessoais são conservados de uma forma que permitem a identificação do titular dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais os dados são tratados;
- Os dados pessoais são tratados de uma forma que garante a sua segurança, incluindo a protecção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental, sendo adoptadas as medidas técnicas ou organizativas adequadas.
- Os dados pessoais não serão cedidos a terceiros a menos de necessidades enquadradas no campo legal (facturação, por exemplo) e quando haja necessidade de subcontratar, os dados pessoais serão tratados de forma a garantir estes princípios descritos no presente resumo.

INTRODUÇÃO

Este texto constitui a Política de Privacidade da marca

Qualdouro – Saúde e Turismo de Qualidade

e é também aplicável aos websites sob sua gestão (quando activos):

- www.qualifiedouro.com / www.qualifiedouro.pt
- www.marquinhas.com / www.marquinhas.pt
- www.linhastravessas.com
- www.acasacertificada.com

Sob a marca Qualdouro – Saúde e Turismo de Qualidade, são fornecidos serviços de consultoria, formação e auditoria a clientes empresariais (relação B2B - «*business to business*», entre empresas) e serviços de Gestão de Alojamentos Locais e de Espaços de Saúde (neste inclui-se também a relação B2C - «*business to consumer*», entre empresa e consumidor), bem como outras de tipo comercial (*à comissão*).

Esta Política aplica-se à:

- Qualdouro – Saúde e Turismo de Qualidade, marca nacional registada sob nº 428483 no INPI
- Casa da D. Marquinhas, Alojamento Local, Registo 19927/AL no RNAL
- Todos os Espaços / Negócios geridos pela Qualdouro que tratem dados pessoais

Sendo proprietário de uma e titular da exploração do estabelecimento da outra:

José Joaquim Ferreira Cândido, sede no Porto, NIF 196723060,

adiante sempre referenciado como «Qualdouro»

OBJECTIVO E ÂMBITO

A presente Política de Privacidade explica ([V. Nota 1](#)) o modo como as marcas anteriores, doravante designadas por Qualdouro, tratam os Dados Pessoais que lhe são confiados pelos seus colaboradores/as (efectivos ou temporários), clientes ou consumidores e pelos próprios titulares de dados (em qualquer qualidade) através de telefone, e-mail ou através de formulários em plataformas e/ou sites controlados pela Qualdouro ou por qualquer outro meio aqui não declarado.

[Nota 1](#) : No Anexo 1 do presente documento encontram-se definições que podem ajudar a melhor compreender o teor do documento.

O presente documento pretende igualmente dar resposta ao Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (2016/679), doravante RGPD e à Legislação Portuguesa conexas.

CONTROLO DOCUMENTAL

Este documento é controlado, pelo que a cada revisão de conteúdo corresponderá nova emissão e envio para as Partes Interessadas, mormente para os titulares dos Dados Pessoais.

RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS

O proprietário das marcas,

José Joaquim Ferreira Cândido, sede no Porto, NIF 196723060

Contacto: 913371727

correio@qualdouro.com

e/ou outras pessoas designadas dentro da organização, devidamente instruídas relativamente à presente política e demais procedimentos de controlo da informação documentada e em particular da que contenha dados pessoais.

Entidades Subcontratadas

No âmbito do tratamento dos dados do titular, a Qualdouro poderá recorrer a entidades terceiras por si subcontratadas, para, em seu nome, e de acordo com as instruções dadas pela mesma, procederem ao tratamento dos dados do titular, em estrito cumprimento com o disposto na lei e na presente Política de Privacidade.

Estas entidades subcontratadas não poderão transmitir os dados do titular a outras entidades sem que a Qualdouro tenha dado, previamente e por escrito, autorização para tal, estando também impedidas de contratar outras entidades sem autorização prévia da Qualdouro.

A Qualdouro assume o compromisso de subcontratar apenas entidades que apresentem garantias suficientes de execução das medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma a assegurar a defesa dos direitos do titular. Todas as entidades subcontratadas pela Qualdouro ficam vinculadas a esta última através de um contrato escrito no qual são regulados, nomeadamente, o objecto e a duração do tratamento, a natureza e finalidade do tratamento, o tipo de dados pessoais, as categorias dos titulares dos dados e os direitos e obrigações das partes.

Aquando da recolha dos dados pessoais, a Qualdouro presta ao titular dos dados informações acerca das categorias de entidades subcontratadas que, no caso concreto, possam efectuar tratamentos de dados em nome da Qualdouro.

RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS DO TITULAR

No âmbito da actividade da Qualdouro® ocorre a recolha, registo, organização, conservação utilização e consulta de dados pessoais. Poderá ainda ocorrer outras operações ou conjunto de operações que, nos termos do Regulamento Geral de Protecção de Dados são denominadas por “tratamento de dados pessoais”.

A Qualdouro necessita de proceder à recolha e ao tratamento de um conjunto de dados de natureza pessoal, os quais sendo essenciais à sua actividade (seja para possibilitar a libertação de um serviço conforme com as necessidades dos clientes e consumidores, seja por imperativo

legal – facturação por exemplo), são recolhidos apenas mediante o consentimento dos Titulares dos Dados.

Os dados pessoais recolhidos respeitam não só a colaboradores/as (temporários ou não), como a candidatos/as a colaboradores/as, a fornecedores, a potenciais clientes e clientes efectivos, a potenciais ou consumidores/as efectivos e/ou a outros titulares.

PRINCÍPIOS GERAIS APLICÁVEIS AO TRATAMENTO DE DADOS DO TITULAR

A Qualdouro garante a qualidade, a exactidão, a integridade e o sigilo dos dados que lhe sejam confiados bem como a legitimidade para o seu tratamento nos termos legais, nomeadamente a licitude, a segurança e a confidencialidade do tratamento, a não utilização posterior dos dados pessoais para fins diversos dos enunciados no momento da recolha, salvo consentimento expresso posterior do seu titular, e a conservação dos dados apenas pelo período necessário para prossecução das finalidades que determinaram a recolha/tratamento.

Os tratamentos de dados efectuados pela Qualdouro são lícitos quando se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- O titular dos dados tiver dado o seu consentimento explícito para o tratamento dos dados do titular dos dados para uma ou mais finalidades específicas;
- O tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados;
- O tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que a Qualdouro esteja sujeita;
- O tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pela Qualdouro ou por terceiros (excepto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados que exijam a protecção dos dados pessoais).

A Qualdouro compromete-se a assegurar que o tratamento dos dados do titular apenas é feito nas condições acima elencadas e com respeito pelos princípios acima mencionados.

Quando o tratamento dos dados do titular for realizado pela Qualdouro com base no consentimento do titular dos dados, este tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento. A retirada do consentimento, todavia, não compromete a licitude do tratamento efectuado pela Qualdouro com base no consentimento previamente dado pelo titular dos dados.

O período de tempo durante o qual os dados são armazenados e conservados varia de acordo com a finalidade para a qual a informação é tratada.

Efectivamente, existem requisitos legais que obrigam a conservar os dados por um período de tempo mínimo. Assim, e sempre que não exista uma exigência legal específica, os dados serão armazenados e conservados apenas pelo período mínimo necessário para as finalidades que motivaram a sua recolha ou o seu posterior tratamento, findo o qual os mesmos serão eliminados.

UTILIZAÇÃO E FINALIDADES DO TRATAMENTO DE DADOS DO TITULAR

Em termos gerais, a Qualdouro utiliza os dados do titular dos dados com diversas finalidades, nomeadamente a facturação e cobrança ao titular dos dados pessoais, para efeitos de Marketing e para gestão dos recursos humanos e recrutamento de colaboradores.

Os dados do titular recolhidos pela Qualdouro não são partilhados com terceiros sem consentimento do titular, com excepção das situações referidas no parágrafo a seguir. No entanto, no caso de o titular contratar junto da Qualdouro serviços que sejam prestados por outras entidades responsáveis pelo tratamento de dados pessoais, os dados do titular poderão ser consultados ou acedidos por essas entidades, na medida em que tal seja necessário à prestação dos referidos serviços.

Nos termos legais aplicáveis, a Qualdouro poderá transmitir ou comunicar os dados do titular a outras entidades no caso de essa transmissão ou comunicação ser necessária para a execução do contrato estabelecido entre o titular e a Qualdouro, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular, no caso de ser necessária para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que a Qualdouro esteja sujeita ou no caso de ser necessária para efeito da prossecução de interesses

legítimos da Qualdouro ou de terceiro. Ocorrendo uma transmissão de dados do titular a terceiros, serão envidados os esforços considerados razoáveis para que o transmissário utilize os dados do titular transmitidos de forma consentânea com esta Política de Privacidade.

MEDIDAS TÉCNICAS, ORGANIZATIVAS E DE SEGURANÇA IMPLEMENTADAS

A Qualdouro dispõe de medidas técnicas e organizativas adequadas a proteger os dados pessoais dos Titulares dos Dados contra a destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alteração, divulgação e/ou acesso não autorizados.

A Qualdouro utiliza sistemas e procedimentos apropriados para proteger e salvaguardar a integridade dos Dados Pessoais que lhe são fornecidos, nomeadamente, restrições de segurança organizativas técnicas e físicas para aceder aos servidores, proibição de acesso a pessoas não autorizadas, separação funcional dos dados, políticas de *login* e *password* de acesso às redes de utilizadores, acesso condicionado às instalações sendo que apenas funcionários autorizados podem aceder aos dados pessoais durante o desempenho do seu trabalho e para as finalidades aqui indicadas. Sem prejuízo, e na máxima extensão do permitido por Lei, a Qualdouro não poderá ser responsabilizada por ataques ou quaisquer actos ilícitos de terceiros.

DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

DIREITO À INFORMAÇÃO

Informações facultadas ao titular pela Qualdouro (quando os dados são recolhidos directamente junto do titular dos dados):

- A identidade e os contactos da Qualdouro, responsável pelo tratamento e, se aplicável, do seu representante;
- As finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam, bem como, se aplicável, o fundamento jurídico para o tratamento;

- Se o tratamento dos dados se basear em interesses legítimos da Qualdouro ou de um terceiro, indicação de tais interesses;
- Se aplicável, os destinatários ou categorias de destinatários dos dados pessoais;
- Se aplicável, indicação de que os dados pessoais serão transferidos para um país terceiro ou uma organização internacional, e a existência ou não de uma decisão de adequação adoptada pela Comissão ou a referência a garantias de transferência apropriadas ou adequadas;
- Prazo de conservação dos dados pessoais;
- O direito de solicitar à Qualdouro o acesso aos dados pessoais, bem como a sua rectificação, apagamento ou limitação, o direito de se opor ao tratamento e o direito à portabilidade dos dados;
- Se o tratamento dos dados se basear no consentimento do titular, o direito de retirar o consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efectuado com base no consentimento previamente dado;
- O direito de apresentar reclamação junto da CNPD ou outra autoridade de controlo;
- Indicação se a comunicação de dados pessoais constitui ou não uma obrigação legal ou contratual, ou um requisito necessário para celebrar um contrato, bem como se o titular está obrigado a fornecer os dados pessoais e as eventuais consequências de não fornecer esses dados;
- Se aplicável, a existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis, e informações relativas à lógica subjacente, bem como a importância e as consequências previstas de tal tratamento para o titular dos dados.
- No caso de os dados do titular não serem recolhidos directamente pela Qualdouro junto do titular dos dados, além das informações referidas acima, o titular é adicionalmente informado acerca das categorias de dados pessoais objecto de tratamento e, bem assim, acerca da origem dos dados e, eventualmente, se provêm de fontes acessíveis ao público.
- Caso a Qualdouro pretenda proceder ao tratamento posterior dos dados do titular para um fim que não seja aquele para o qual os dados foram recolhidos, antes desse

tratamento a Qualdouro fornecerá ao titular informações sobre esse fim e quaisquer outras informações pertinentes, nos termos acima referidos.

Procedimentos e medidas implementadas com vista ao cumprimento do direito à informação:

A informação *supra*-referida é prestada por escrito (incluindo por meios electrónicos) pela Qualdouro ao titular previamente ao tratamento de dados pessoais em causa. Nos termos da lei aplicável, a Qualdouro não tem a obrigação de prestar ao titular estas informações quando e na medida em que o titular já tiver conhecimento das mesmas.

As informações são fornecidas pela Qualdouro a título gratuito.

DIREITO DE ACESSO AOS DADOS PESSOAIS

A Qualdouro garante os meios que permitam o acesso, pelo titular dos dados, aos seus dados pessoais.

O titular dos dados tem o direito de obter da Qualdouro a confirmação de que os dados pessoais que lhe dizem respeito são ou não objecto de tratamento e, sendo o caso, o direito de aceder aos seus dados pessoais e às seguintes informações:

- As finalidades do tratamento dos dados;
- As categorias dos dados pessoais em questão;
- Os destinatários ou categorias de destinatários a quem os dados pessoais foram ou serão divulgados, nomeadamente os destinatários estabelecidos em países terceiros ou pertencentes a organizações internacionais;
- O prazo de conservação dos dados pessoais;
- Direito de solicitar à Qualdouro a rectificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos dados pessoais, ou do direito de se opor a esse tratamento;
- Direito de apresentar reclamação junto da CNPD ou outra autoridade de controlo;

- Se os dados não tiverem sido recolhidos junto do titular, as informações disponíveis sobre a origem desses dados;
- A existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis, e informações relativas à lógica subjacente, bem como a importância e as consequências previstas de tal tratamento para o titular dos dados;
- Direito a ser informado sobre as garantias adequadas associadas à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais.

DIREITO DE RETIFICAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

O titular dos dados tem o direito de solicitar, a qualquer momento, a rectificação dos seus Dados Pessoais e, bem assim, o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, incluindo por meio de uma declaração adicional.

Em caso de rectificação dos dados, a Qualdouro comunica a cada destinatário a quem os dados tenham sido transmitidos a respectiva rectificação, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado para a Qualdouro.

DIREITO AO APAGAMENTO DOS DADOS PESSOAIS (“DIREITO A SER ESQUECIDO”)

O titular dos dados tem o direito de obter, por parte da Qualdouro, o apagamento dos seus dados quando se aplique um dos seguintes motivos:

- Os dados do titular deixarem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- O titular retirar o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados e não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento;
- O titular opor-se ao tratamento ao abrigo do direito de oposição e não existirem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento;

- Caso os dados do titular sejam tratados ilicitamente;
- Caso os dados do titular tiverem de ser apagados para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que a Qualdouro esteja sujeita;

Nos termos legais aplicáveis, a Qualdouro não tem a obrigação de apagar os dados do titular na medida em que o tratamento se revele necessário ao cumprimento de uma obrigação legal a que a Qualdouro esteja sujeita ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito da Qualdouro num processo judicial.

Em caso de apagamento dos dados, a Qualdouro comunica a cada destinatário/entidade a quem os dados tenham sido transmitidos o respectivo apagamento, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado para a Qualdouro.

Quando a Qualdouro tiver tornado públicos os dados do titular e for obrigada a apagá-los ao abrigo do direito ao apagamento, a Qualdouro compromete-se a assegurar as medidas que forem razoáveis, incluindo de carácter técnico, tendo em consideração a tecnologia disponível e os custos da sua aplicação, para informar os responsáveis pelo tratamento efectivo dos dados pessoais de que o titular lhes solicitou o apagamento das ligações para esses dados pessoais, bem como das cópias ou reproduções dos mesmos.

DIREITO DE OPOSIÇÃO AO TRATAMENTO

O titular tem o direito de se opor a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito que assente no exercício de interesses legítimos prosseguidos pela Qualdouro ou quando o tratamento for efectuado para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos, incluindo a definição de perfis, ou quando os dados pessoais forem tratados para fins estatísticos.

A Qualdouro cessará o tratamento dos dados do titular, salvo se apresentar razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do

titular, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito da Qualdouro num processo judicial.

Quando os dados do titular forem tratados para efeitos de comercialização directa (marketing), o titular dos dados tem o direito de se opor a qualquer momento ao tratamento dos dados que lhe digam respeito para os efeitos da referida comercialização, o que abrange a definição de perfis na medida em que esteja relacionada com a comercialização directa. Caso o titular se oponha ao tratamento dos seus dados para efeitos de comercialização directa, a Qualdouro cessa o tratamento dos dados para esse fim.

O titular dos dados tem ainda o direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que o afecte significativamente de forma similar, salvo se a decisão:

- For necessária para a celebração ou a execução de um contrato entre o titular e a Qualdouro;
- For autorizada por legislação a que a Qualdouro estiver sujeita; ou
- For baseada no consentimento explícito do titular dos dados.

PROCEDIMENTOS COM VISTA AO EXERCÍCIO DOS DIREITOS PELO TITULAR

O direito de acesso, o direito de rectificação, o direito de apagamento, o direito à limitação, o direito de portabilidade e o direito à oposição podem ser exercidos pelo titular dos dados mediante contacto com a Qualdouro e preenchendo o respectivo formulário ou simplesmente solicitando-o para o contacto do proprietário, constante na presente Política.

A Qualdouro dará resposta por escrito (incluindo por meios electrónicos) ao pedido do titular no prazo mais rápido possível a contar da recepção do pedido.

LEI E FORO APLICÁVEIS

A Política de Privacidade, bem como a recolha, tratamento ou transmissão de Dados do titular, são regidos pelo disposto no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016 e pela legislação e regulamentação aplicáveis em Portugal.

P'la Qualdouro

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Cândido', with a stylized flourish at the end.

José Cândido

ANEXO 1

DEFINIÇÕES

Dados Pessoais – Toda a informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável; é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, directa ou indirectamente, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via electrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

Categorias Especiais de Dados Pessoais – Dados pessoais que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical de uma pessoa singular, bem como o tratamento de dados genéticos, dados biométricos para identificar uma pessoa de forma inequívoca, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual.

Tratamento – É a operação ou um conjunto de operações efectuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

Responsável pelo Tratamento – É a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios desse tratamento sejam determinados pelo direito da União ou de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União ou de um Estado-Membro.

Violação de Dados Pessoais – É uma violação da segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

Subcontratante - É uma pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes.

Terceiro – É uma a pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, o serviço ou organismo que não seja o titular dos dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante e as pessoas que, sob a autoridade directa do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, estão autorizadas a tratar os dados pessoais.